



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O novo capítulo de tensão entre Lula e Trump

■ Após o Brasil barrar a vinda de dois diplomatas dos Estados Unidos ao país, um novo capítulo de tensão entre Lula e Donald Trump vai se desenhando: a posse do novo embaixador norte-americano, que representará os interesses de Washington em Brasília.

■ Há quase dois meses, em 1º de junho, Trump nomeou o deputado republicano Daniel Perez para assumir o comando da Embaixada dos Estados Unidos. Ocorre que, desde então, o Brasil ainda não aprovou o agrément, o aceite oficial dado por um país para receber um embaixador estrangeiro.

■ O termo, em francês, significa “consentimento” e indica que o diplomata indicado é bem-vindo no país no qual pretende atuar.

■ Essa demora do Brasil em conceder o agrément é incomum na relação entre as duas diplomacias. A coluna apurou que a falta de resposta tem incomodado integrantes de Washington.

■ E esse incômodo tende a se intensificar, porque o Congresso dos Estados Unidos deverá votar e aprovar, já nos próximos dias, a indicação de Daniel Perez, antes do recesso do Senado, que terá início em 7 de agosto.

■ Dessa forma, o único entrave para a Embaixada dos EUA permanecer acéfala no Brasil será a falta de aceite do governo Lula.



Brasil barrou a vinda de dois diplomatas dos EUA antes da posse de novo embaixador

■ Washington quer agilizar o preenchimento do cargo, porque cabe ao embaixador falar diretamente com o secretário de Estado dos Estados Unidos, cadeira hoje ocupada por Marco Rubio, e, muitas vezes, até mesmo com o presidente norte-americano.

■ A última embaixadora no Brasil, Elizabeth Bagley, costumava chamar o então presidente, Joe Biden, apenas por “Joe”, tamanha era a proximidade entre ambos.

■ O suspense do Brasil em conceder o agrément a Daniel Perez ocorre em meio à desconfiança do Palácio do Planalto, que acredita que o governo Trump pretende interferir nas eleições para prejudicar Lula.

■ Procurado pela coluna, um integrante da cúpula do Itamaraty informou que o Ministério das Relações Exteriores “não comenta questões sigilosas da Convenção de Viena, agrément entre elas”.

■ Um ponto que causou desconforto na diplomacia brasileira é que a administração Trump não fez qualquer consulta à gestão Lula antes de indicar Perez.

■ Nos últimos dias, o Brasil barrou a vinda de Samuel Samson e Riley M. Barnes, dois representantes do governo Trump que pretendiam desembarcar no país para participar de reuniões e agendas políticas. Os dois viriam com a justificativa oficial de discutir liberdade de expressão no contexto das eleições.



Flávio acionou Janones no Supremo

PGR pede conciliação em ação de Flávio contra Janones no STF

■ A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu que o STF realize uma audiência de conciliação entre o senador Flávio Bolsonaro (PL) e o deputado federal André Janones (Rede). A manifestação foi encaminhada ao relator do caso, ministro Dias Toffoli, antes da análise do recebimento da queixa-crime apresentada por Flávio.

■ No parecer, o vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, afirma que a medida atende ao previsto no artigo 520 do Código de Processo Penal. O dispositivo determina a tentativa de reconciliação antes do recebimento de ações penais privadas por crimes contra a honra.

■ No documento, a PGR sustenta que, “considerando a regra do art. 520 do CPP, que prevê a tentativa de reconciliação antes do recebimento da queixa em crimes contra a honra, o Ministério Público Federal opina pela realização do ato”.

■ Flávio Bolsonaro acusa Janones de tê-lo injuriado por meio de uma série de publicações nas redes sociais. Na queixa-crime, o senador afirma que o deputado extrapolou os limites da liberdade de expressão ao proferir ofensas contra sua honra e sustenta que os ataques se intensificaram mesmo após o ajuizamento da ação.

■ Na manifestação, a PGR não analisa o mérito das acusações nem se posiciona sobre a responsabilidade de Janones.

Deputado Amom Mandel protocola mais de 300 projetos em um dia e levanta suspeitas sobre uso de IA

■ O deputado federal Amom Mandel (Republicanos) protocolou mais de 300 projetos de lei em um único dia, em 17 de julho, e já ultrapassa a marca de 500 propostas apresentadas em 2026. O volume incomum de matérias passou a levantar questionamentos nos bastidores da Câmara dos Deputados sobre um possível uso de inteligência artificial na elaboração dos textos.

■ Os projetos tratam dos mais diversos temas. Entre eles, há propostas para criar uma política nacional de saúde mental para profissionais da saúde, estabelecer um marco legal para a bioinovação na Amazônia, reforçar a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes nas escolas, além de reconhecer juridicamente o trabalho doméstico exercido no âmbito familiar.

■ Entre as centenas de propostas, chama atenção o fato de que algumas tratam justamente do uso de inteligência artificial. Amom apresentou projetos para criar regras de transparência algorítmica em sistemas automatizados, ampliar a proteção de dados biométricos diante do uso de IA, tipificar o crime de manipulação fraudulenta de sistemas de inteligência artificial utilizados pela administração da Justiça e punir a inserção de comandos ocultos em documentos processuais.

■ Outro aspecto destacado foi o tempo entre a apresentação das matérias. Grande parte dos projetos foi protocolada praticamente ao mesmo tempo, entre 18h22 e 18h23 do dia 17, indicando um envio em lote ao sistema da Câmara.



Deputado federal Amom Mandel

■ A utilização de inteligência artificial na elaboração de projetos de lei não é proibida, e não há elemento que comprove que esse tenha sido o método utilizado por Amom Mandel.

■ Até o momento, o deputado não se posicionou sobre a suposta utilização de IA na elaboração dos seus projetos de lei. O espaço segue aberto para manifestações.